



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2021-IMAS – PESSOA JURÍDICA

MODALIDADE	CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2021 (Regida pela Constituição Federal, Lei Federal n. 14.133/2021 e demais legislações pertinentes)
DATA DE ABERTURA	3º (TERCEIRO) DIA ÚTIL A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DO AVISO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO
HORÁRIO	09:00 horas
OBJETO	Credenciar pessoas jurídicas na condição de entidades hospitalares e as demais mencionados no preâmbulo deste edital, englobando todas as áreas de saúde nos procedimentos clínicos e cirúrgicos de baixa, média e alta complexidade, habilitados e interessados em firmar contrato com o IMAS, visando a prestação de serviços de saúde, com a finalidade de atendimento aos usuários do sistema assistencial, em conformidade com as tabelas próprias estabelecidas pelo Instituto para remuneração de serviços relativos aos procedimentos integrantes do rol de cobertura do IMAS.
TIPO	Inexigibilidade de licitação
REGIME DE EXECUÇÃO	Procedimento auxiliar de contratação – credenciamento (art. 78, I, da Lei n. 14.133/2021)
LOCAL	Na sala da Gerência de Credenciamento e Gestão de Contratos do IMAS, situada na Av. Paranaíba, Quadra 72, Lotes 18 a 20, nº 1413, Centro, CEP: 74.025-125, nesta capital.
PROCESSO N.º	87910881/2021
INTERESSADO	Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia - IMAS

O Aviso de Chamamento Público, Edital e seus Anexos estarão disponíveis gratuitamente no site da Prefeitura, no link <https://www.goiania.go.gov.br/>, também no endereço do site oficial do IMAS, no link <https://www.goiania.go.gov.br/imas> , no Diário Oficial do Município-DOM através do link <http://sileg.goiania.go.gov.br/>, e ainda através do site da prefeitura no sítio da SEMAD pelo link: https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/ .

Informações adicionais podem ser obtidas junto, ao IMAS, Fone: (62) 3524-1189 e-mail: comissaocredenciamentoimas@gmail.com.



ÍNDICE

01 – DA JUSTIFICATIVA	3
02 – FUNDAMENTO LEGAL	4
03 – DAS ETAPAS	5
04 – DO OBJETO	6
05 – DAS CONDIÇÕES PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO	7
06 – DA ANÁLISE DOCUMENTAL	9
07 – DA DIVULGAÇÃO DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO	9
08 – APRESENTAÇÃO DO CORPO CLÍNICO E VISTORIA TÉCNICA	10
09 – DA HABILITAÇÃO (QUALIFICAÇÃO)	10
10 – DO RESULTADO FINAL, RECURSO, DO CRITÉRIO PARA CONVOCAÇÃO	11
11 – DA CONTRATAÇÃO, DOS VALORES DOS PROCEDIMENTOS E	12
12 – DA APRESENTAÇÃO DAS FATURAS E DO PAGAMENTO	14
13 – DAS OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO/CONTRATANTE	16
14 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO/CREDENCIADO	17
15 – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	20
16 – DO VALOR E DOS CRITÉRIOS ORÇAMENTÁRIOS	20
17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DO DESCREDENCIAMENTO	21
18 – DA REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO	22
19 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	22
20 – DO FORO	26
ANEXOS AO EDITAL:	
O presente Edital contém os Anexos abaixo relacionados, dele fazendo partes integrantes e inseparáveis para todos os efeitos legais	
21 – ANEXO I – TABELAS DE PROCEDIMENTOS – Tabelas A, B, C e D	27
22 – ANEXO II – FORMULÁRIO - PROPOSTA DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO	196
23 – ANEXO III – DA DOCUMENTAÇÃO	197
24 – ANEXO IV - FORMULÁRIO - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS	200
25 – ANEXO V – MODELO PARA CADASTRO DE CORPO CLÍNICO	201
27 – ANEXO VI – FORMULÁRIO PARA RECURSOS	202
26 – ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO	203



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021 - PESSOA JURÍDICA/IMAS

Dispõe sobre a contratação de prestadores de serviços de saúde pessoa jurídica, sendo hospitais, hospitais com uti, laboratórios, cooperativas, organizações sociais sem fins lucrativos (OS), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), clínicas, institutos e centros médicos, para atender aos usuários IMAS, nas cláusulas e condições a seguir:

O Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia, com sede na Avenida Paranaíba, Quadra 72, Lotes 18/20, nº 1.413, Setor Central, Goiânia - Goiás, CEP: 74.025-030, neste ato representado pelo seu presidente **Luiz Carlos da Silva Júnior**, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº. 862.170.621-00 e RG n. 3621563/SSP/GO, nomeado pelo decreto Nº. 2.764/2021, pelo Diretor de Administração e Finanças **Ricardo Pinheiro Dourado**, brasileiro, solteiro, RG n. 3599092 – SSP/GO, inscrito no CPF/MF N. 013.348.971-07, nomeado pelo Decreto n. 1.194 de 08/02/2021 e pela Diretora de Assistência à Saúde do Servidor do Servidor **Hauana Morena Correia Campos**, brasileira, solteira, RG n. 5017878 SSP/GO, inscrita no CPF/MF n. 023.068.611-70, nomeada pelo Decreto n. 1.077 de 04/02/2021, no uso de suas atribuições legais e regulamentares Regimento Interno Decreto nº 447, de 21 de janeiro de 2021, torna público para ciência dos interessados, que se encontra aberto Chamamento Público para recebimento de proposta de habilitação, juntamente com os documentos previstos neste Edital e seus anexos, visando a habilitação para posterior contratação de prestador de serviços de saúde **PESSOA JURÍDICA – HOSPITAIS, HOSPITAIS COM UTI, LABORATÓRIOS, COOPERATIVAS, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS SEM FINS LUCRATIVOS (OS), ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP), CLÍNICAS, INSTITUTOS e CENTROS MÉDICOS** para atender os usuários do Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia - IMAS, nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme procedimentos e condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, disponível aos interessados, como segue:



1 DA JUSTIFICATIVA

1.1 O art. 6º, XLIII, da Lei n. 14.133/2021 define: “credenciamento é processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados para prestar serviços ou fornecer bens, para, preenchidos os requisitos necessários, se credenciarem no órgão para executar o objeto quando convocados” (BITTENCOURT, Sidney. *Nova Lei de Licitação passo a passo*. Belo Horizonte: Fórum, 2021).

1.2 Trata-se de hipótese de inexigibilidade de licitação, quando o objeto pretendido pela administração pode, de certa forma, ser atendido por todos do mercado que o executem. Assim, fixando o valor que pretende pagar pelo objeto pretendido, a Administração convoca todos que tiverem interesse e que preenchem os requisitos, não havendo competição.

1.3 O procedimento auxiliar de contratação realizado através de chamamento público, conforme estabelece o §1º, do art. 28, da Lei n. 14.133/2021, que trata este edital, refere-se ao chamamento para participação no processo de Pré-qualificação para habilitação, para posterior contratação, cominando no credenciamento junto a rede de prestadores de serviços de saúde do IMAS; observada a aplicação dos princípios da celeridade, à economicidade e à eficiência dos serviços e interesse público, o equilíbrio na demanda e oferta dos serviços, a economia das despesas assistenciais levadas a efeito pelo IMAS e, notadamente, observada a necessidade de celeridade na contratação, evitando a descontinuidade dos serviços, conforme descrito no objeto do presente termo e dada a condição de ausência de possibilidade de concorrência pela aplicação de Tabela Única de Procedimentos e Preços aos Serviços, como fundamenta o artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.

1.4 Para tanto, adota-se pelo Credenciamento onde legitima o alcance do interesse público, visto ter a disponibilidade de muitos fornecedores ou prestadores de serviço, sem qualquer tipo de disputa.

1.5 Justifica-se assim, a natureza do serviço prestado e a impossibilidade de se estabelecer confronto entre os interessados, no mesmo nível de igualdade; conforme necessidades específicas aos procedimentos gerenciados pelo IMAS; considerando, dentre outros requisitos, a limitação orçamentária e financeira do IMAS, com as despesas de remuneração dos serviços da rede contratada para atendimento aos beneficiários do IMAS, com especifica o art. 79, I, da Lei n. 14.133/2021.



1.6 Para a prestação dos serviços aos usuários do IMAS, a credenciada deverá disponibilizar condições adequadas em seu estabelecimento, conforme descrito na proposta e relação de serviços apresentados nos anexos deste Edital.

2 FUNDAMENTO LEGAL

2.1 Este procedimento tem como fundamento a Constituição Federal, a Lei Federal n. 14.133/2021 em seu art. 6º, incisos III e XLIII, na Lei n. 12.813/2013, normas gerais estabelecidas na Lei Orgânica do Município de Goiânia, na Lei Complementar n. 335/2021, normas suplementares previstas nas Leis Municipais n. 8.011/2000 e n. 8.095/2002.

3 DAS ETAPAS

3.1 O processo de Chamamento Público que visa à Pré-qualificação para posterior habilitação, contratação e o consequente credenciamento de pessoa jurídica - hospitais, hospitais com uti, laboratórios, cooperativas, organizações sociais sem fins lucrativos (OS e OSISP), clínicas, institutos e centros médicos, obedecerá às seguintes etapas sequenciais:

3.1.1 PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO;

3.1.2 PROPOSTA DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO: realizada exclusivamente por meio físico com o preenchimento do Formulário de Proposta de Pré-qualificação (ANEXO II) e entrega junto com a documentação (ANEXO III) na Gerência de Credenciamento e Contratos, sito Avenida Paranaíba, Qd. 72, Lts. 18/20, nº 1.413, Setor Central, Goiânia – GO;

3.1.3 APRESENTAÇÃO DO CORPO CLÍNICO: (ANEXO V) candidatos habilitados deverão realizar a autenticação dos documentos anexados na Proposta de Pré-qualificação, caso não tenham anexado já autenticados, e, apresentar documentos com os dados do Corpo Clínico;

3.1.4 ANÁLISE DOCUMENTAL: Realizada pela Comissão Especial de Credenciamento – CEC e equipe de apoio designada, conforme dispõe o art. 80, § 4º da Lei n. 14.133/2021;

3.1.5 PUBLICAÇÃO DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO: proponentes que reúnam condições para participar de futura contratação com o Instituto;

3.1.6 VISITA TÉCNICA: avaliação técnica;

3.1.7 RESULTADO: divulgação das pessoas jurídicas habilitadas;

3.1.8 PRAZO RECURSAL: até 3 (três) dias úteis, contados após à data da publicação do resultado da pré qualificação e/ou habilitação no Diário Oficial do Município;



3.1.9 ANÁLISE DE RECURSOS: eventualmente interpostos quanto ao resultado da Pré-qualificação, publicação de relação dos habilitados, que será dar de maneira periódica;

3.1.10 CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO de habilitados, nos termos do item 11.11, de acordo com a necessidade da demanda, e, ainda a disponibilização orçamentária e financeira do órgão.

3.2 As propostas dos interessados serão recebidas exclusivamente por meio presencial na Gerência de Credenciamento e Gestão de Contratos – GERCRE/IMAS.

3.3 Os interessados deverão apresentar a documentação, nos termos exigidos do presente edital e seus anexos, com identificação e seguimento da empresa, de segunda a sexta feira, das 09:00h às 17:00h, na Gerência de Credenciamento e Contratos, na Avenida Paranaíba, Qd. 72, Lts. 18/20, nº 1.413, Setor Central, Goiânia – GO.

3.3.1 Quando da entrega dos documentos o protocolizador deverá apresentar cópia da sua identificação pessoal (CPF ou RG) e indicar a qual chamamento a documentação se refere.

3.3.2 O Aviso de Chamamento, Edital e seus anexos serão disponibilizados no link <https://www.goiania.go.gov.br/>, também no endereço do site oficial do IMAS, no link <https://www.goiania.go.gov.br/imas>, e ainda através do site da prefeitura no sítio da SEMAD pelo link: https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/ .

3.4 É de responsabilidade dos membros da Comissão Especial de Credenciamento – CEC, a realização das atividades e procedimentos correlatos à execução do objeto deste edital, assim como dos setores da administração pertinente a tramitação processual.

3.5 Qualquer cidadão poderá impugnar o presente edital, ficando estabelecido o prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, após à sua publicação no Diário Oficial do Município, conforme estabelece o art. 164, da Lei n. 14.133/2021, com a apresentação das razões devidamente fundamentadas, digitada em 2 (duas) vias, devendo ser protocolado na Gerência de Credenciamento e Gestão Contratos, deste Instituto, conforme Anexo VII.

3.5.1 As impugnações serão apreciadas, nos termos do art. 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, em até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia anterior à data da publicação do Aviso de Chamamento no Diário Oficial do Município;

3.5.2 As impugnações interpostas fora do prazo ou que não atendem ao item 3.6 não serão conhecidas.

4 DO OBJETO



4.1 Credenciar pessoas jurídicas na condição de entidades hospitalares e demais mencionados no preâmbulo deste edital, englobando todas as áreas de saúde nos procedimentos clínicos e cirúrgicos de baixa, média e alta complexidade, habilitados e interessados em firmar contrato com o IMAS, visando a prestação de serviços de saúde, com a finalidade de atendimento aos usuários do sistema assistencial, em conformidade com as Tabelas de Procedimentos e Serviços estabelecidas pelo Instituto para remuneração de serviços relativos aos procedimentos integrantes do rol de cobertura do IMAS.

4.2 As especialidades, a localidade e a demanda pelos serviços são fatores considerados para análise da necessidade e a conveniência administrativa do IMAS, mediante a comprovação da habilitação técnica, jurídica e fiscal do interessado.

5 DAS CONDIÇÕES PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

5.1 Poderão participar do processo de chamamento público, as pessoas jurídicas legalmente constituídas que compõe a Região Metropolitana de Goiânia (art. 1º da Lei Complementar n. 139/2019 alterada pela LC n. 149/2019), com capacidade técnica comprovada, idoneidade econômico-financeira, regularidade trabalhista, jurídica e fiscal, que satisfaçam as condições de habilitação fixadas neste edital e seus anexos e que aceitem as exigências estabelecidas pelas normas internas do IMAS (Tabela AMB 92 – Associação Médica Brasileira).

5.1.1 Com o propósito de reestruturar a rede credenciada do IMAS deverão participar do presente chamamento público todos os prestadores de serviços – Pessoa Jurídica interessados.

5.2 Não poderá participar do processo de chamamento público a pessoa jurídica:

5.2.1 que esteja em cumprimento de penalidade de suspensão imposta pela Administração Pública ou pena de idoneidade;

5.2.2 que tenham como proprietários controladores ou diretores membros que sejam funcionários públicos, conforme art. 142 da Lei Complementar nº 011/1992 e art. 29 da Lei Orgânica do Município;

5.3 A proposta de Pré-qualificação Pessoa Jurídica deverá ser apresentada em papel timbrado em 01 (uma) via, digitada, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, com a especificação completa dos serviços ofertados, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo, quanto a expressões técnicas de uso corrente, datada, assinada e carimbada pelo interessado ou o representante legal da pessoa jurídica, conforme consta no



contrato social; devendo ser utilizado o Formulário de Proposta de Pré-qualificação (Anexo II), disponível no link <https://www.goiania.go.gov.br/>, também no endereço do site oficial do IMAS, no link <https://www.goiania.go.gov.br/imas> e no Diário Oficial do Município-DOM através do link https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/.

5.4 O período de recebimento de propostas, pessoa jurídica na categoria hospitais, hospitais com uti, cooperativas, OSs OSCIPs, institutos, centros médicos, laboratórios e clínicas, visando à habilitação ao rol de credenciados do IMAS, terá início a partir das 09:00hs do 3º (terceiro) dia útil após a data da publicação do Aviso de Chamamento Público n.º 001/2021-IMAS no Diário Oficial do Município até 31/12/2026.

5.4.1 As propostas somente serão consideradas efetivadas mediante entrega da documentação específica neste edital e seus anexos, momento esse que será expedido o protocolo de entrega/abertura de processo;

5.4.2 Após a entrega de propostas à CEC, procederá a análise, processamento, registros e divulgação periódica do resultado no Diário Oficial do Município;

5.4.3 O cadastro e a entrega de toda a documentação serão no endereço indicado no item 3.1.1;

5.4.4 adesão aos termos e condições estabelecidas na Lei n. 14.133/2021 e atos normativos expedidos pelo IMAS, além das tabelas próprias de valores e procedimento do IMAS;

5.4.5 submissão à normas e condições estabelecidas no presente edital, seus anexos, bem como nos atos normativos expedidos pela direção do instituto.

5.5 Todos os documentos deverão ser autenticados, exceto os natos digitais, quando aceitos no IMAS.

5.5.1 Há três formas para autenticação de documentos: via código de autenticação eletrônica; via cartório de tabelionato de notas; autenticação administrativa;

5.5.2 Documento nato digital é aquele originalmente digital e possui validade legal equiparados aos documentos físicos;

5.5.3 Há dois momentos em que os documentos poderão ser autenticados:

5.5.3.1 No ato da visita técnica, após a habilitação, quando o partícipe poderá substituir as cópias simples por cópias autenticadas, ou agendar um horário, no próprio protocolo na sala de credenciamento e contratos para autenticar administrativamente;

5.5.3.2 No ato da assinatura do contrato.

5.6 Na proposta de pré-qualificação o interessado deverá juntar, além dos documentos exigidos no anexo III deste instrumento, a:



5.6.1 Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos (ANEXOS IV).

6 DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

6.1 A análise dos documentos apresentados será realizada por equipe designada pela Comissão Especial de Credenciamento – CEC, em conjunto com a Gerência de Credenciamento e Gestão de Contratos (GERCRE) e Gerência de Auditoria (GERAUD) e será concluída em até 10 (dez) dias, conforme § 4º do art. 80, da Lei n. 14.133/2021, contados da data do encerramento do pedido de inscrição.

6.2 Após o recebimento da documentação, caso seja identificada qualquer vício ou desconformidade com as exigências deste edital, por parte das pessoas jurídicas interessadas, estas serão inabilitadas, pela CEC.

6.3 As informações prestadas, assim como a documentação anexada à inscrição, são de inteira responsabilidade do representante legal da pessoa jurídica participante, sob pena de aplicação do art. 299 do Código Penal Brasileiro.

6.4 Toda documentação que vise a comprovação por meio de “declarações” deverá ser apresentada em papel timbrado, com nome, CNPJ e endereço do declarante. Aquelas que não trouxerem dentro do prazo de validade deverão ter a data de expedição em prazo não superior a 30 (trinta) dias anteriores à realização de sua inscrição.

6.5 A Comissão Especial de Credenciamento dará publicidade ao ato com a divulgação da pré-qualificação por edital específico, em lista própria, no link <https://www.goiania.go.gov.br/>, também no endereço do site oficial do IMAS, no link <https://www.goiania.go.gov.br/imas> e no Diário Oficial do Município - DOM através do site da prefeitura no sítio da SEMAD pelo do link https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/.

7 DA DIVULGAÇÃO DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

7.1 Para os fins desta Lei, consideram-se o art. 6º, XLIV, com sendo pré-qualificação: procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto.

7.2 A pré-qualificação seguem as regras estabelecidas nos parágrafos 1º ao 10º do art. 80, da Lei n. 14.133/2021, a pré-qualificação será comprovada mediante a conferência da



documentação exigida, conforme relação no (ANEXO III), que atestarão os requisitos de habilitação jurídica, regularidade técnica, fiscal e trabalhista.

8 APRESENTAÇÃO DE CORPO CLÍNICO ATUALIZADO E VISTORIA TÉCNICA

8.1 A pessoa jurídica pré-qualificada, deverá apresentar no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da publicação da convocação no Diário Oficial do Município, informações quanto ao corpo clínico atualizado, para a assinatura do contrato:

8.1.1 Relação em formato de tabela, de todo corpo clínico atualizado, contendo os seguintes campos: Nome, CPF, Nº do Conselho e Especialidade (RQE) (ANEXO V).

8.2 Após a publicação do resultado final da fase de habilitação, a Gerência de Credenciamento e Gestão de Contratos permitirá que o habilitado, caso necessário faça a autenticação ou substituição dos documentos anexados na inscrição.

8.3 Conforme cronograma estabelecido a critério do IMAS, a equipe do Apoio Técnico Científico do IMAS realizará, a qualquer tempo, vistorias técnicas nas instalações dos habilitados ao credenciamento, inclusive na vigência do contrato de credenciamento, apontando na Gerência de Credenciamento e Gestão de Contratos parecer técnico que, sendo desfavorável, implicará na não habilitação ou no descredenciamento.

8.4 A vistoria técnica para verificação de conformidade acerca de condições das áreas físicas designadas à execução do serviço, higiene, biossegurança, corpo clínico, identificação do funcionamento dos equipamentos técnicos declarados e necessários à realização da atividade pretendida, observado o cumprimento de legislação vigente e das recomendações da Agência de Vigilância Sanitária.

8.4.1 Se o local já for de conhecimento do contratante e as condições de locais da execução forem pouco relevantes para o sucesso da contratação, poderá a Administração Pública substituir a vistoria técnica por declaração formal assinada pelo responsável técnico do contratante, conforme previsão no art. 63, §§ 2º e 3º da Lei n. 14.133/2021.

8.5 A pessoa jurídica credenciada deverá, no caso de atender serviços específicos tais como UTI, hemodiálise..., manter na sede administrativa, arquivo próprio, com os seguintes documentos atualizados, do responsável técnico pelos serviços: cópia do RG, CPF, identidade profissional, diploma de graduação, título da especialidade, certidão negativa do conselho profissional da tesouraria e de processo ético disciplinar.



9 DA HABILITAÇÃO (QUALIFICAÇÃO)

9.1 Os habilitados serão convocados por edital a ser publicado no Diário Oficial do Município, para contratação junto a este Instituto, na medida que houver necessidade, dotação orçamentária e financeira, disponível, conforme a demanda do instituto IMAS.

9.2 Serão consideradas habilitadas ao rol de credenciados do IMAS, as pessoas jurídicas que apresentarem a documentação válida exigida e se enquadrarem nas regras do edital e seus anexos e que estejam pré-qualificados para chamamento público.

9.3 A ausência ou não conformidade de quaisquer dos documentos exigidos no edital para a fase de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista, e econômico-financeira, implicará em inabilitação do inscrito (art. 62 c/c 68, da Lei n. 14.133/2021).

9.4 Serão considerados inabilitados os qualificados que:

9.4.1 Por qualquer motivo estejam declarados temporariamente suspensos ou impedidos de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, ou que estejam declarados inidôneos para contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Municipal, Estadual ou Federal;

9.4.2 Deixar de apresentar quaisquer dos documentos obrigatórios exigidos para habilitação.

10 DO RESULTADO FINAL, RECURSO E DO CRITÉRIO PARA A CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

10.1 Após a visita técnica a CEC emitirá relatório, atestando a conformidade ou inconformidade técnica.

10.2 O resultado de inconformidade, ou conformidade técnica será publicado no Diário Oficial do Município, na medida em que as visitas técnicas forem finalizadas.

10.3 Os interessados poderão recorrer da publicação em relação ao resultado de conformidade, apresentando suas razões devidamente fundamentadas por escrito, em requerimento dirigido à CEC, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do dia subsequente à data de publicação do resultado no Diário Oficial do Município conforme dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021 (ANEXO VII).

10.4 Somente serão aceitos recursos, de forma física, devendo o mesmo informar o número do protocolo da proposta de habilitação, via presencial, dentro dos padrões e prazos estabelecidos neste edital.



10.5 A Comissão terá o prazo de 03 (três) dias úteis, para divulgação das impugnações e pedidos de reconsideração, conforme § único do art. 164, da lei retromencionada e no caso de manutenção da decisão, o pedido deverá ser instruído e remetido ao titular da Diretoria de Assistência à Saúde para análise e deliberação.

10.6 Serão conhecidos somente os recursos tempestivos, motivados e não protelatórios.

10.7 Os resultados dos recursos interpostos serão divulgados no Diário Oficial do Município.

10.8 Os recursos terão efeito suspensivo, apenas no tocante a publicidade do resultado final.

10.9 O IMAS não se obriga à contratação integral dos serviços oferecidos pela pessoa jurídica convocada para a assinatura de contrato, visto que considerar-se-á a necessidade decorrente da demanda, bem como a disponibilidade econômico, orçamentário e financeira para o mesmo.

10.10 O fato de constar do rol dos habilitados para credenciamento do IMAS não gera qualquer direito em relação à Autarquia para a contratação automática da prestação dos serviços, visto que somente será efetivada no interesse da Administração Pública, conforme mencionado anteriormente.

11 DA CONTRATAÇÃO E DOS VALORES DOS PROCEDIMENTOS E SERVIÇOS

11.1 A convocação dos habilitados será realizada via publicação no Diário Oficial do Município, para a contratação do maior número possível de prestadores de serviços, a qual dar-se-á de acordo com a demanda, a conveniência administrativa e a disponibilidade orçamentária do IMAS, considerando a estimativa da despesa para a manutenção do equilíbrio financeiro do sistema assistencial à saúde dos servidores (art. 23, § 4º da Lei n. 14.133/2021).

11.2 A contratação será efetivada por instrumento contratual de prestação de serviços, onde se estabelecerão direitos, obrigações e responsabilidades das partes, de acordo com o prazo de vigência e demais condições previstas na minuta do contrato, constante do anexo VI.

11.3 A formalização do Contrato para prestação de serviços com o IMAS dar-se-á, exclusivamente pela modalidade de assinatura presencial, junto a Chefia da Advocacia Setorial – CHEADV/IMAS.

11.3.1 Previamente à assinatura do contrato, o convocado deverá apresentar cópia do comprovante oficial de conta na Caixa Econômica Federal em nome da empresa devidamente habilitada, cópias das CNDs atualizadas e documentação pessoal do representante/responsável pela assinatura do contrato



11.3.2 Caso a **CONTRATADA** opte por outra instituição financeira ficará responsável por todas e quaisquer tarifas.

11.4 A pessoa jurídica convocada para assinar o Termo Contratual e, não fizer pelo prazo de 10 (dias) dias, poderá ser prorrogado pelo mesmo período, mediante apresentação de justificativa, e desde que o motivo seja aceito pela administração, (art. 90, § 1º, da Lei n. 14.133/2021), de acordo com o interesse e a necessidade do Instituto, para o atendimento das demandas dos usuários do IMAS.

11.5 Os valores das contratações serão definidos previamente pela Diretoria de Assistência à Saúde do Servidor – DIRASS, com anuência da CEC e da Presidência deste Instituto.

11.6 Os procedimentos e serviços a serem pagos por este Instituto seguirão tabelas próprias com discriminação de seus valores, conforme anexo I desse edital.

11.6.1 Esses valores discriminados nas tabelas são fatores importantes para o sucesso nas contratações, pois deve-se ter uma preocupação com o preço real praticado no mercado, assim a justificativa de preço para inexigibilidade de licitação pode ser feita por comparação de preços praticados em contratações semelhantes, seja ente público ou privado, envolvendo o mesmo objeto, pelo período de um (01) ano (IN 007/2016, atualizada pelas IN 001/2017, 001/2018, 007/18), vide art. 92, V, da Lei n. 14.133/2021.

11.6.2 Estes valores são referências iniciais, pois as mesmas poderão sofrer decréscimos e acréscimos nos valores individuais, conforme o comportamento do mercado e necessidade de atualização, que se dará através de ato normativo a ser expedido pelo Presidente do Instituto.

11.7 Considerando a natureza dos serviços na área de saúde, amparado no princípio da economicidade e da eficiência, justifica-se o contrato de prestação de serviços com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados sucessivamente, por iguais períodos, de acordo com a disponibilidade de dotação orçamentária e financeira do IMAS, conforme estabelece o art. 105 da Lei n. 14.133/2021, respeitado a vigência máxima de 5 (cinco) anos (art. 107).

11.8 O contratado deverá iniciar as suas atividades, em regra, a partir de 01/01/2022, ou a partir da data assinatura do contrato, caso esse tenha sido assinado depois do início do exercício de 2022, neste caso, surtindo efeitos a partir da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município.

11.9 O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por ato formal e motivado pelo IMAS, em autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos enumerados no artigo 137, da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam, aos contratados quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.



11.10 São de inteira responsabilidade do contratado as obrigações pelos encargos previdenciários, sociais, fiscais, trabalhistas, securitários e comerciais resultantes de execução do contrato.

11.11 Os direitos e deveres das partes, regras de atendimento, entrega de faturas e pagamento e acompanhamento da execução dos serviços, poderão ser alteradas conforme a necessidade do Instituto e com a devida anuência do contratado, desde que previamente aprovada pela Advocacia Setorial da Autarquia.

11.12 A cada pagamento referente ao contrato, recomende-se que a **CONTRATADA** demonstre a comprovação da regularidade trabalhista e fiscal para com a Seguridade Social, o FGTS, as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, em observância ao § 3º do art. 195 e art. 7º, XXXIII, ambos da Constituição Federal.

11.13 Fica vedada cobrança adicional de quaisquer valores aos usuários do IMAS a título de complementação dos serviços contratados pelo Instituto.

11.14 O IMAS não se responsabilizará por qualquer acordo particularmente ajustado entre os usuários e profissionais de saúde, hospitais e instituições credenciadas ou não, bem como pelo pagamento de despesas extraordinárias realizadas pelo usuário internado, tais como: medicamentos não prescritos pelo médico assistente, produtos de toalete, refeições, ligações telefônicas e despesas de acompanhantes. As despesas decorrentes dos referidos acertos correrão por conta exclusiva do usuário contratante dos serviços.

12 DA APRESENTAÇÃO DAS FATURAS E DO PAGAMENTO

12.1 As faturas com os comprovantes de serviços prestados deverão ser apresentadas ao CONTRATANTE e serão pagas de acordo com os valores dispostos na tabela do IMAS.

12.2 A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, mensalmente, do 1º (primeiro) até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente, as faturas e os comprovantes dos serviços executados do dia 26 (vinte e seis) do mês anterior até o dia 25 (vinte e cinco) do mês de referência.

12.3 A **CONTRATADA**, no caso de impedimento de encaminhar a fatura e os comprovantes dos serviços prestados, no prazo estabelecido no item 12.2, poderá fazê-lo no mês subsequente; e, ao persistir a não entrega, poderá fazê-lo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data da execução do serviço, e nesse caso, o pagamento se dará conforme a disponibilização orçamentária e financeira e cronograma do IMAS, o qual é de pleno conhecimento da



CONTRATADA.

12.4 Para a apuração do mês de referência, só serão aceitas as faturas apresentadas nos prazos pré-estabelecidos.

12.5 A não apresentação de faturas pelo período de 03 (três) meses consecutivos, implicará na suspensão automática do contratado, enquanto credenciado, independentemente de comunicação prévia, cabendo a **CONTRATADA** dirigir-se ao IMAS para apresentar justificativa quanto a sua condição e solicitar sua regularização para condição de credenciado.

12.6 A fatura, a ser protocolada nas condições do item 12.2, deve conter:

12.6.1 O formulário próprio timbrado com o resumo da fatura mensal com o preenchimento correto, assinado e carimbado pelo prestador;

12.6.2 O relatório com a descrição dos procedimentos realizados, contendo: nome do paciente, data do atendimento, número da guia e o valor;

12.6.3 As guias com as solicitações, com o preenchimento correto e contendo: O nome do usuário e o código dos procedimentos conforme tabela IMAS, assinados e carimbados pelo profissional prestador e a guia também assinada pelo usuário ou representante legal;

12.6.4 Quando de internação, deve ser apresentada a conta nosocomial (hospitalar), diagnóstico descritivo e o CID 10.

12.7 Os documentos apresentados devem conter todos os campos preenchidos, de acordo com as normas técnicas de cada área de atendimento e sem rasura.

12.8 A inobservância das condições e prazos retro implicará na recusa ao recebimento da fatura apresentada.

12.9 A **CONTRATADA**, se impedida de executar o contrato, com a não emissão e apresentação de faturas por razões justificáveis, deverá comunicar o fato à **CONTRATANTE**, nas condições do item 12.7, requerendo a suspensão temporária, sob pena de caracterizar inexecução contratual, e no caso de não retornar o atendimento no prazo pactuado, terá seu contrato rescindido unilateralmente.

12.10 O pagamento dos serviços prestados pela **CONTRATADA** mediante apresentação de fatura mensal, atendidas as condições descritas no item 14.6, será efetuado pelo **CONTRATANTE** no prazo de até 90 (noventa) dias após a apresentação das mesmas, por ordem bancária a qual gerará o crédito, de acordo com o procedimento de solução de débito adotado pelo Governo Municipal; e que, poderá ser acompanhado no site da Prefeitura Municipal de Goiânia.

12.11 Poderá o **CONTRATANTE** sustar o pagamento solicitado nos seguintes casos:



12.11.1 Descumprimento das obrigações da **CONTRATADA** para com usuários do IMAS, que possam de alguma forma resultar em prejuízo à **CONTRATANTE**;

12.11.2 Falta de cumprimento das obrigações contratuais da **CONTRATADA** quando das obrigações para com o **CONTRATANTE**.

12.12 As possíveis causas de interrupção do pagamento deverão ser comprovadas nos processos administrativos, garantido o direito da ampla defesa e o contraditório.

12.14 Na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias nos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** a **CONTRATADA** após o prazo estipulado na cláusula 12.10, ficará exonerada da responsabilidade pelo não atendimento aos usuários do IMAS, ressalvadas situações de calamidade pública, grave ameaça da ordem interna e situações de urgência ou emergência, conforme estabelece o artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

12.15 Nos casos omissos na entrega de faturas, documentos e para o pagamento, a Presidência do IMAS regulamentará o tema com a emissão de Ato Normativo, com comunicação formal à **CONTRATADA**.

13 DAS OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO/CONTRATANTE

13.1 Cumprir e fazer cumprir as obrigações firmadas no presente Edital e nos contratos a serem firmados, entre as partes, fiscalizar por auditoria a execução das obrigações contratadas, dirimir dúvidas, orientar por escrito a **CONTRATADA** no tocante às divergências ou inovações na política assistencial do **CONTRATANTE**, efetuar o pagamento dos serviços, criar, disponibilizar e manter atualizado, o nome, tipo de atendimento, endereço e telefone do **CONTRATADA**;

13.2 Atualizar, manter atualizado, o guia de saúde com nome, tipo de atendimento, endereço e telefone da pessoa jurídica **CONTRATADA**.

13.3 Disponibilizar à **CONTRATADA** a cópia do contrato firmado e exigir o termo de recebido.

13.4 Os serviços objeto do presente contrato, assim como suas contas, serão analisados e avaliados por profissionais habilitados e designados pelo **CONTRATANTE**, por auditoria, com total liberdade para tal finalidade, e, os procedimentos executados pela **CONTRATADA** deverão obrigatoriamente seguir às determinações do presente contrato, ao estabelecido nas normas técnicas afins do Conselho Federal do seguimento contratada, da ANVISA e nos



Regulamentos do IMAS.

13.5 Reserva-se ao **CONTRATANTE** o direito de glosar, total ou parcialmente as faturas decorrentes dos procedimentos apresentados pela **CONTRATADA** que comprovadamente não seguirem às normas técnicas afins, editadas pelos órgãos referidos no item 13.1 desta Cláusula e àqueles que estejam em desacordo com o presente edital; verificados quando da auditoragem realizada por profissional designado pelo IMAS.

13.6 Incidindo a glosa, fica facultado a **CONTRATADA** apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias, após o recebimento do relatório “Demonstrativo de Análise da Conta Médica”, que ficará disponível no Portal do Prestador do IMAS no 1º dia útil após o fechamento da referência anterior;

13.7 O recurso será objeto de apreciação pela Diretoria de Assistência à Saúde do Servidor – DIRASS e Gerência de Auditoria, que dispõem de autonomias para revisar as glosas realizadas, tanto as glosas técnicas, quanto as glosas administrativas, bem como as devoluções, podendo mantê-las ou retirá-las, justificadamente, ou designado pelo **CONTRATANTE** e caberá a **CONTRATADA** buscar informações da decisão referente ao ato, no setor competente.

13.8 O **CONTRATANTE**, por ato normativo, estabelecerá o prazo para a análise e pagamento da glosa, caso o recurso de que trata o item 13.4 seja provido.

13.9 Aos atos de glosa da auditoria, será garantida a ampla defesa e o contraditório.

14 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO/CREDENCIADO

14.1 A **CONTRATADA** perceberá os valores específicos e compatíveis com os serviços executados, limitados somente àqueles autorizados pelo IMAS, dentro do período pré-estabelecidos de entrega das faturas, sendo que os não autorizados, não estarão aptos para pagamento.

14.2 Os serviços contratados serão prestados diretamente pela **CONTRATADA**, não sendo permitida a subcontratação total ou parcial e a terceirização, conforme estabelece o art. 122, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.

14.3 É vedado efetuar quaisquer tipos de cobranças extras aos usuários do IMAS ou ao seu representante, por procedimento realizado, e, em incidindo, responsabilizar-se-á a **CONTRATADA** nos termos da lei.



14.4 Assumir os ônus fiscais advindos de pagamentos oriundos do contrato, bem como a responsabilidade de desdobramentos das faturas, retenção de tributos de sua responsabilidade, distribuição de créditos individuais a seus profissionais, despesas decorrentes de serviços de terceiros que lhe sejam particularmente prestados, tais como pessoal, recepção, limpeza, entre outros; com os quais a contratada não tem quaisquer vínculos laborais e/ou responsabilidades contratuais.

14.5 Comunicar a **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por escrito e em duas vias, na Gerência de Credenciamento e Contratos, toda e qualquer alteração na execução do contrato, apresentando os motivos e documentos comprobatórios afins, com a obrigação de aguardar a comunicação da subsequente decisão.

14.6 Obedecer às normas de qualidade pertinentes às suas atividades, observado o que estabelece o Ministério da Saúde e Vigilância Sanitária, o respectivo Conselho Profissional, os atos normativos e regulamentos exarados pelo **CONTRATANTE**.

14.7 Proporcionar a **CONTRATADA**, por suas Diretorias, profissionais, ou terceiros contratados para fins específicos designado pelo Instituto, condições necessárias para exercer plena fiscalização aos serviços prestados, no estabelecimento e em toda sua estrutura.

14.8 Criar e manter arquivos atualizados, apresentando-os sempre que solicitados pela **CONTRATADA**, os documentos do corpo clínico, dos responsáveis técnicos por serviços específicos (como UTI, hemodiálise...) e àqueles que comprovam sua habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, conforme os artigos 89 e 92, da Lei n. 14.133/2021; incidindo no descumprimento deste passível da penalização.

14.9 Caberá ao **CONTRATANTE**, nos casos cujo objeto do contrato constar procedimentos de urgência e/ou emergência e UTI, dada à peculiaridade do serviço, acompanhar cotidianamente a execução referente aos valores previstos no item 16.1 da Cláusula 16.

14.9.1 O alcance do seu fim prévio ao término do contrato, em virtude de ausência de saldo contratual, se interessar aos contratantes, adotar, por termo aditivo medidas para a regularização antes que o teto estabelecido seja atingido, caberá alterações unilaterais a que se refere o inciso I do *caput* do art. 124, da Lei n. 14.133/2021, visto que o contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado, conforme disposto no art. 125, da mesma lei.

14.10 A **CONTRATADA** fica ciente e obrigado a disponibilizar como condição mínima para o atendimento, todas as ferramentas de comunicação física e virtual, tecnológica e os respectivos equipamentos para execução dos mesmos, conforme as exigências do IMAS, de



acordo com alterações e adequações que por ventura possam acontecer durante o período de vigência contratual, condição indispensável para manutenção do contrato.

14.11 Proporcionar todas as condições necessárias para os profissionais de equipe multiprofissional, designados pelo **CONTRATANTE**, exercerem plenamente suas funções de fiscalização sobre os serviços prestados.

14.12 Ofertar os documentos complementares para a realização de análises ao incidir necessidade de instruir o processo de credenciamento, contratação, pagamento ou o de glosa.

14.13 Adotar, quando houver consultas médicas que necessitem de exames complementares e implicar na realização da consulta retorno, referente ao prazo, o estabelecido na RESOLUÇÃO/CFM nº 1.958/2010 (Regulamenta o ato da consulta médica, a possibilidade de sua complementação, dentre outras).

14.14 Fica a **CONTRATADA** obrigada a dar continuidade ao atendimento aos usuários do IMAS, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no caso de ocorrer o descredenciamento, independente da parte que deu causa ao rompimento, garantido o pagamento pelos serviços executados/prestados.

14.15 Participar de treinamentos promovidos pelo IMAS para conhecimento do sistema, peculiaridades administrativas inerentes ao serviço credenciado, novidades técnicas ou de normas regulamentadoras, pessoalmente ou por interposta pessoa, apondo assinatura na ata do evento.

14.16 Fica obrigada a **CONTRATADA** do IMAS ostentar a identificação da sigla IMAS em seu estabelecimento em lugar visível ao usuário, sendo que o prestador deve requerer a marca de identificação na Assessoria de Comunicação do Instituto.

14.17 É vedado praticar quaisquer tipos de discriminação no atendimento aos segurados do IMAS em relação a outros clientes consumidores, e caso detectado a ocorrência, seja por denúncia ou verificação em loco caracterizar-se-á a inexecução contratual.

14.18 Disponibilizar ao Instituto, as informações requeridas sobre os serviços credenciados.

14.19 Preencher correta e completamente os pedidos de solicitação de atendimento, relacionando os dados de identificação do usuário, descrição e código do procedimento, quantidade, local, data, assinatura e carimbo do prestador e assinatura do usuário; e nos procedimentos de internação, acrescer a hipótese diagnóstica e o CID 10 (Classificação Internacional de Doenças); sob pena do não pagamento pelos serviços, nem mesmo o reconhecimento através de glosa.

14.19.1 O prestador/credenciado poderá solicitar a revisão de glosa, mediante abertura



de processo administrativo junto ao Setor de Protocolo – IMAS, no prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento do relatório “Demonstrativo de Análise da Conta Médica” que conste as glosas executadas, que ficará disponível no Portal do Prestador do IMAS no 1º dia útil após o fechamento da referência anterior.

14.19.2 O requerimento de revisão de glosa deverá ser preenchido em formulário padrão, acompanhado da documentação pertinente à prestação de serviços que possam fundamentar a revisão de glosa e ainda: I - “Demonstrativo de Análise da Conta Médica” II - Segunda via da conta hospitalar/nosocomial. III - Prontuários completos, se for o caso.

Parágrafo Único: Durante a análise dos autos, o IMAS poderá, a qualquer momento, solicitar a apresentação de novos documentos se julgar necessário.

14.19.3 Após o protocolo, os processos serão encaminhados para Gerência de Auditoria - IMAS, onde serão separados por especialidade e distribuídos para auditoragem, devendo ser concluídos no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

14.19.4 Após o parecer conclusivo da Gerência de Auditoria do IMAS, os processos serão encaminhados à Advocacia Setorial para manifestação, seguida de decisão da Presidência.

14.19.5 Deferida a revisão de glosa pela Presidência do Instituto, os autos retornarão à Gerência de Auditoria para lançamento da devolução e providências subsequentes para o pagamento, que será realizado nos autos do processo de credenciamento do prestador.

15 DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1 O IMAS será responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de auditorias, treinamentos, comunicações escritas, visitas, sob responsabilidade de suas diretorias e dos setores responsáveis pela administração e monitoramento da rede credenciada, devendo as intercorrências serem registradas ao processo de credenciado.

16 DO VALOR E DOS CRITÉRIOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1 O IMAS pagará à pessoa jurídica Contratada por meio deste edital os serviços efetivamente prestados, após validação dos dados faturados, conforme sistemas de auditorias adotados e de acordo com os valores constantes da Tabela Própria do Instituto, conforme anexo I, parte integrante deste edital.



16.2 Os valores constantes das Tabelas Próprias do Instituto, conforme anexo I, parte integrante deste edital, são referências iniciais, pois as mesmas poderão sofrer decréscimos e acréscimos nos valores individuais, conforme o comportamento do mercado e necessidade de atualização, que se dará através de ato normativo a ser expedido pelo Presidente do Instituto.

16.3 Para atender as despesas decorrentes dos contratos oriundos deste edital, o IMAS utilizará recursos próprios, à conta da dotação orçamentária própria e específica nº 2022.6202.04.122.0159.2214.33903900.158.516, prevista na LOA - Lei Orçamentária Anual, compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Plano Plurianual de 2022 a 2025 (Portaria CGM Nº. 057 / 2021) e LRF n. 101/2000.

17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DO DESCRENCIAMENTO

17.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato ou pelo descumprimento de quaisquer obrigações assumidas perante o IMAS o credenciado, garantido o direito prévio ao contraditório e ampla defesa, ficará sujeito às infrações e sanções administrativas, com previsão nos artigos 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, vejamos:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Com base na Lei mencionada o Instituto poderá adotar uma ou mais de uma sanção abaixo relacionada, conforme o caso:

17.1.1 Advertência por escrito, e/ou celebração de Termo de Ajuste de Gestão, do qual conste obrigatoriamente, quando for o caso, a reparação de dano causado ao usuário do Sistema IMAS Saúde;

17.1.2 Suspensão temporária do contrato, pelo IMAS;

17.1.3 Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, conforme §3º inciso V do art. 156 a Lei nº 14.133/2021;



17.1.4 Rescisão do contrato e descredenciamento em virtude de irregularidade cometida, respeitados o contraditório e a ampla defesa, tornando o prestador faltoso impedido de participar de processo de credenciamento ao IMAS durante 02 (dois) anos, via comunicação à SEMAD, órgão responsável para prosseguimento do feito;

17.1.5 Rescisão do contrato em virtude de ineficiência;

17.2 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade somente poderão ser aplicadas após a instauração e conclusão de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidas e intimará o contratado, para no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 158, da Lei 14.133/2021.

17.3 São causas de rescisão do contrato a reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no presente Edital e no Contrato bem como a prática de atos que caracterizam má-fé em relação ao Instituto ou aos usuários beneficiários dos serviços, apuradas em processo administrativo, sem prejuízo das causas previstas nos art. 137, 138 e 139 da Lei n. 14.133/2021.

18 DA REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

18.1 O presente edital poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar sua revogação, sem que disso decorra qualquer direito a indenização ou ressarcimento, de qualquer natureza, para os interessados.

19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Para os efeitos do presente Edital serão consideradas as seguintes definições:

19.1.1 Hospital Geral: É a instituição que oferece obrigatoriamente serviços e procedimentos diagnósticos e terapêuticos em cirurgia geral, clínica médica e oferta mais de cinco especialidades médicas, não importando as demais especialidades e áreas de atuação que porventura venha a oferecer;

19.1.2 Hospital de Especialidade: É a instituição que atua em uma especialidade ou área de atuação médica preferencial e oferta até outras cinco especialidades (excetuando-se



anestesiologia, genética médica, medicina física e reabilitação, medicina intensa, patologia, patologia clínica/medicina laboratorial e radiologia e radiodiagnóstico por imagem) e/ou até quinze áreas de atuação médicas. Serão consideradas como especialidades ou áreas de atuação médicas preferenciais as seguintes: atendimento ao queimado, cancerologia, cardiologia, cirurgia geral, clínica médica, ginecologia e obstetrícia (maternidade), neurologia e neurocirurgia, oftalmologia, ortopedia e traumatologia, otorrinolaringologia, pediatria, psiquiatria, urologia;

19.1.3 Maternidade: Instituição que envolve desde o nascimento na sala de parto até o momento da alta hospitalar, um conjunto de elementos destinados a pacientes que recebem características especiais, onde são realizados o trabalho de parto, o parto, a cirurgia obstétrica e os primeiros cuidados com os recém-nascidos;

19.1.4 Hospital Oftalmológico: É uma instituição hospitalar especializada em oftalmologia que possua condições técnicas, instalações físicas, equipamentos e recursos humanos adequados à prestação de atenção especializada a portadores de doença oftalmológicas que necessitem ser submetidos a procedimentos clínicos, intervencionistas e cirúrgicos especializados;

19.1.5 Hospital Ortopédico/Trauma: É a instituição hospitalar especializada em ortopedia e traumatologia que cuida da saúde relacionadas aos elementos do aparelho locomotor, como ossos, músculos, ligamentos, articulações e que lida com o trauma do aparelho musculoesquelético;

19.1.6 Hospital Pediátrico: É o conjunto de elementos destinados a pacientes que recebem assistência especializada, destinados a pacientes de idade até 14 (quatorze) anos;

19.1.7 Hospital Psiquiátrico: É uma instituição de reabilitação e suporte psicoemocional para pessoas com limitações funcionais decorrentes de transtornos mentais, bem como dificuldades de reinserção e readaptação ao ambiente socio familiar, laboral, bem como dificuldade de elaborar rotinas ou na vida pessoal;

19.1.8 Hospital Dia: É a instituição especializada no atendimento exclusivo de curta duração, com caráter intermediário entre a assistência ambulatorial e a internação. Difere do serviço de hospital dia oferecido por hospital geral, de especialidade ou multe especialidades. Realizado por uma equipe multidisciplinar, com atividades em que os pacientes se sintam inseridos na comunidade e no mundo;

19.1.9 Hemodinâmica: É um serviço hospitalar que propõe realizar exames diagnósticos e intervenções terapêuticas por meio de radiologia cardiovascular, usualmente recorrendo a



cateteres e injeções de contraste. Executam-se também procedimentos terapêuticos como angioplastia, drenagens e embolizações terapêuticas;

19.1.10 Unidade de Terapia Intensiva: É um Serviço Hospitalar, considerado como área crítica destinada à internação de pacientes graves, que requerem atenção profissional especializada de forma contínua, materiais específicos e tecnologias necessárias ao diagnóstico, monitorização e terapia. Divide-se em:

a) Unidade de Terapia Intensiva Adulto- UTI destinada a assistência de pacientes com idade igual ou superior a 18 anos, podendo admitir pacientes de 15 a 17 anos, se definido nas normas da instituição;

b) Unidade de Terapia Intensiva Neonatal- UTI destinada à assistência a pacientes admitidos com idade entre 0 e 28 dias;

c) Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica- UTI destinada à assistência a pacientes com idade de 29 dias a 14 ou 18 anos, sendo este limite definido de acordo com as rotinas da instituição.

19.2 O aviso de chamamento do presente edital será publicado no Diário Oficial do Município e disponibilizado no site da Prefeitura.

19.3 Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital de Chamamento, ou ainda, por qualquer outro motivo alegado em relação a este processo de credenciamento.

19.4 Caberá ao contratado a obediência às normas de qualidade de atendimento impostas pelo Ministério da Saúde e Vigilância Sanitária, normas reguladoras da ANS ou outras entidades reguladoras das atividades exercidas, reservando-se ao IMAS o direito de recusar e sustar a prestação de serviços daqueles que não se adequarem às normas estabelecidas.

19.5 A inobservância, em qualquer fase do processo de chamamento público, por parte do interessado, dos prazos estabelecidos em notificações pessoais ou gerais, será caracterizada como desistência, implicando sua exclusão do processo.

19.6 A inexatidão de afirmativas, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos, ainda que verificada posteriormente, será causa de eliminação do interessado do processo, anulando-se a inscrição, bem como todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível e criminal.

19.7 É de inteira responsabilidade do interessado acompanhar as informações e os resultados disponíveis, seja no site da Prefeitura de Goiânia ou divulgado no Diário Oficial do Município.



19.8 Os casos omissos serão dirimidos pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 e legislações afins e sucessivamente, pela Comissão Especial de Credenciamento e por ato do Presidente do Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia - IMAS.

19.9 São de inteira responsabilidade do Contratado, a manutenção e calibração dos equipamentos e instrumentos, quando necessários aos procedimentos contratados, visando o seu bom estado de funcionamento e execução correta dos serviços, obedecendo as Recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

19.10 Os produtos empregados nos serviços de saúde ou materiais utilizados no atendimento aos usuários do IMAS deverão estar devidamente registrados na ANVISA.

19.11 Os serviços contratados deverão ser executados em instalações do contratado, com seus próprios recursos, equipamentos, matérias e demais meios necessários para o cumprimento do objeto do contrato pretendido.

19.12 Servidores do Apoio Técnico e Científico - ATC, CONAS, CFS e CEC poderão, a qualquer tempo, realizar visita técnica aos estabelecimentos da rede de prestadores de serviços, e solicitar novos documentos complementares, para verificação de conformidade na prestação dos serviços contratados.

19.13 O prestador de serviços que vier a ser contratado não poderá cobrar, durante a execução do objeto, qualquer valor de serviços não previstos contratualmente e executados sem autorização prévia pelo IMAS.

19.14 Não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento do inteiro teor do presente Edital, bem como de qualquer detalhe, incompreensão, dúvidas ou esquecimento que possam provocar empecilhos ou gerar atrasos na realização dos serviços e ou paralisações, arcando o partícipe com todos e quaisquer ônus decorrentes destes fatos.

19.15 Para a contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos serão considerados apenas os dias úteis.

19.16 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça o cumprimento dos prazos e atos desse edital, considera-se automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, desde que não haja comunicação do Instituto em contrário.

19.17 Toda e qualquer denúncia seja formulada pelos usuários dos serviços contra os prestadores contratados serão encaminhadas para averiguação por meio da Ouvidoria e Assessoria de Comunicação do IMAS.



19.18 Fica estabelecido que todos os pagamentos a serem realizados aos prestadores de serviços, deverão ser efetivados por meio de crédito em conta corrente do favorecido em Instituição Bancária contratada para centralizar a sua movimentação financeira.

19.19 Fica o prestador informado da existência de canais de recebimento e processamento de denúncias e reclamações, Ouvidoria e Diretoria de Assistência à Saúde - DIRASS, formuladas pelos usuários do IMAS acerca de irregularidades ocorridas na prestação dos serviços e da obrigação de resposta às solicitações, nos prazos assinalados.

19.20 É vedada a composição de corpo clínico por profissionais não credenciados ao IMAS.

19.21 O presente edital vigorará por 05 (cinco) anos, a partir da publicação, podendo ocorrer novas contratações, em conformidade com as exigências do termo editalício, adotadas as adequações legais afins.

19.22 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos I, II, III, IV, V, VI e VII.

20 DO FORO:

20.1 Para dirimir os litígios oriundos do presente Edital e não resolvidos na esfera administrativa, fica eleito e é competente, o Foro da Comarca de Goiânia, em uma das suas Varas da Fazenda Pública, por mais privilegiado que outro seja.

JÚNIOR CAFÉ

Luiz Carlos da Silva Júnior

Presidente – IMAS